



XVII Encontro de Extensão Universitária da Universidade Federal de Campina Grande.
Extensão Universitária, Arte e Cultura: desafios e caminhos possíveis para indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. De 11 a 19 de março de 2024.
Campina Grande, Patos, Sousa, Pombal, Cuité, Sumé e Cajazeiras, PB – Brasil.

FORTALECENDO CAPACIDADES PELO DIREITO À CIDADE E PELOS ODS

Bárbara Sousa Martins¹, Catarina da Silveira², Ilana Correia da Silva³, Bruna Ramos Tejo⁴, Demóstenes Andrade de Moraes⁵, Kainara Lira dos Anjos;⁶ Livia Izabel Bezerra de Miranda⁶
livia.izabel@professor.ufcg.edu.br e demostenes.andrade@professor.ufcg.edu.br

Resumo: O Curso Fortalecendo Capacidades pelo direito à Cidade e pelos ODS é um dos componentes do Programa Fortalecendo capacidades e ações pelo Direito à Cidade. Visou, a partir de processos dialógicos fomentar a democratização de conhecimentos, referências e instrumentos informacionais, pedagógicos e políticos, para fortalecer as capacidades dos participantes, pela exigibilidade de direitos a cidades mais justas e mais democráticas.

Palavras-chaves: *Direito à Cidade, ODS, participação.*

1. Introdução

O Programa Fortalecendo Capacidades e Ações pelo Direito à Cidade, promovido pelo Núcleo Paraíba do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrópoles. Foi proposto a partir do reconhecimento das históricas desigualdades e injustiças socioespaciais em Campina Grande que constituem barreiras para que as pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade tenham assegurados seus direitos. O curso prima pela visão de que é fundamental o reconhecimento dos segmentos vulnerabilizados como sujeitos de direitos e como imprescindíveis participantes e decisores sobre os diversas temas de interesse público e social e de políticas públicas em Campina Grande, principalmente para o enfrentamento das desigualdades e segregações que lhes afetam.

Vem sendo realizado, desde 2018, com o apoio da Rede INCT Observatório das Metrópoles e dos Editais PROBEX da UFCG. Nos anos de 2022 e 2023 contou também com o apoio do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR), por meio de projeto financiado pela União Europeia, que apoiou financeiramente o projeto. O curso se associa, ainda, a atividades de ensino do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFCG, por meio de uma disciplina optativa denominada Tópicos Especiais em Arquitetura, urbanismo e paisagismo: Fortalecendo Capacidades pelo Direito à Cidade, com carga horária de 45 horas/aula. A partir de processos dialógicos visa fomentar a democratização de conhecimentos, referências e instrumentos informacionais, pedagógicos e políticos, o curso se propôs a fortalecer as capacidades dos participantes, fomentando iniciativas transformadoras que: a) sejam construídas a partir da

articulação dos vulnerabilizados (como protagonistas) com os apoiadores solidários; b) articulem as esferas da reprodução e da produção; c) combinem ações diretas e institucionais; d) promovam processos socioespaciais emancipatórios de apropriação e produção pelos usos dos espaços das cidades.

O curso-extensão se propôs a fortalecer capacidades não apenas para acessar recursos e serviços, mas, de maneira mais ampla, para participar ativamente nas discussões e decisões que moldam a urbanização da cidade.

Somente com o protagonismo e o envolvimento autônomo dos segmentos historicamente espoliados (população negra, mulheres, pessoas LGBTQIAP+, indígenas, trabalhadoras e trabalhadores informais e precarizados, de moradores das periferias e favelas, entre outros) nas decisões sobre os rumos da urbanização será possível a transformação de Campina Grande para que se torne uma cidade realmente democrática, justa e inclusiva.

A partir do objetivo geral do programa de extensão onde está inserido fortalecer as capacidades e ações de incidência política de atores sociais em Campina Grande, o curso-extensão teve como objetivos o fortalecimento das capacidades técnicas e de incidência política de lideranças comunitárias, moradores de assentamentos populares, ativistas e estudantes de Campina Grande para a defesa e promoção do direito à cidade e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Também se buscou, através do projeto, contribuir com a construção de referências teóricas e empíricas e de instrumentos informacionais pedagógicos sobre o direito à cidade e os ODS, além de estimular e assessorar a definição de estratégias e ações coletivas de incidência política para a promoção do direito à cidade e dos ODS.

Durante o processo de elaboração e execução do projeto foi possível fortalecer as relações já estabelecidas entre o grupo de pesquisa promotor do curso com organizações que incidem na luta pelo direito à cidade no município de Campina Grande, sendo elas: a União Campinense de Equipes Sociais (UCES), a Articulação pela Revitalização do Riacho das Piabas (ARRPIA), Associação de Juventudes, Cultura e Cidadania (AJURCC), Levante Popular da Juventude e Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande,

^{1,2,3} Estudantes de Graduação, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

⁴ Colaboradora, Arquiteta e Urbanista, Bolsista de Extensão EXP A do Observatório das Metrópoles- Paraíba.

⁵ Orientador, Professor Adjunto, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

⁶ Orientadora, Professora Adjunta, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil

⁶ Orientadora e Coordenador/a, Professora Associada, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

todas integrantes da Frente Pelo Direito à Cidade que, desde 2018, constitui uma articulação da sociedade civil em prol do direito à cidade.

Tiveram prioridade no programa de extensão aqueles que vivem nos assentamentos populares, evidenciando-os como sujeitos de direitos, para reflexões críticas sobre suas realidades e para terem acesso a mais informações, conhecimentos e instrumentos para suas ações. Mas, além destes, as iniciativas contemplarão, também, seus apoiadores e outros atores comprometidos com o direito à cidade e os ODS. Sendo assim, as ações deste projeto de extensão tiveram como público-alvo:

- i.* Lideranças, moradores e apoiadores de assentamentos e territórios populares;
- ii.* Ativistas de articulações, movimentos e coletivos sociais e populares e organizações não governamentais que atuem na defesa de direitos humanos, do direito à cidade e na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- iii.* Comunidade acadêmica - em especial os estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Geografia e Engenharia Civil da UFCG, embora estivesse aberto a professores e funcionários da UFCG e a estudantes de outros cursos e outras Instituições de Ensino Superior; e
- iv.* Representantes de instituições públicas e de instâncias estatais de gestão democrática

O programa de extensão proposto teve como referência os processos interdisciplinares de formação-extensão realizados pela Rede Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrópoles em diversas cidades brasileiras desde 1998. Estas iniciativas buscaram aproximar a universidade com as demandas sociais, a partir do engajamento de seus professores e pesquisadores em parceria com organizações não-governamentais, movimentos sociais e instituições públicas, comprometidos com o direito à cidade.

Tendo o direito à cidade como horizonte ético-político para o enfrentamento das desigualdades e injustiças socioespaciais, o curso visou fortalecer as capacidades, principalmente daqueles historicamente vulnerabilizados, de modo a assegurar que participem efetivamente das decisões sobre os rumos do desenvolvimento urbano e que, diante dos diferentes confrontos dos diferentes agentes produtores do espaço, a cidade seja fruto dos anseios de seus habitantes.

2. Metodologia

O desenvolvimento da metodologia foi norteado pela práxis pedagógica consubstanciada no princípio presente no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, e no Plano Nacional de Extensão Universitária, referente à indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão no ensino superior, sendo a extensão uma oportunidade para superar as limitadas perspectivas disciplinares e dos projetos individuais que se afirmam em detrimento dos projetos coletivos.

A metodologia, considerando a abordagem da Teoria Urbana Crítica, parte da perspectiva da extensão como ação política e lócus privilegiado da interação entre

universidade e sociedade. Assim, a prioridade do curso foi realizar todas as iniciativas com parceiros e participantes por meio de processos dialógicos e participativos de experimentação e de socialização de saberes (científicos, técnicos e populares) e construção coletiva de conhecimentos tendo por horizontes às necessárias transformações das realidades locais, principalmente para a construção de territórios urbanos democráticos, justos e inclusivos e para a garantia dos direitos em Campina Grande.

O processo formativo ocorreu de forma presencial, constituindo-se de sessões, de caráter teórico e prático, realizadas majoritariamente na sede da UCES, aos sábados, das 14h às 18h. As sessões contaram com pessoas que integram o Núcleo Paraíba do Observatório das Metrópoles responsáveis pelas aberturas e animação dos encontros, realizando, ainda, conexões com atividades anteriores e organizando os debates. As sessões contaram também com pessoas convidadas, para realizar apontamentos sobre os temas de cada sessão e para dar início aos debates. Além disso, o projeto se propôs a elaborar materiais didáticos como vídeos, cards e slides, que foram utilizados de acordo com as metodologias adotadas por cada ministrante convidado. É importante ressaltar, também, as redes sociais (principalmente a página do instagram do Núcleo Paraíba do Observatório das Metrópoles, @obsmetropolespb) enquanto importantes veículos para disseminação de conhecimento e mobilização.

Visando contribuir para que os participantes incidam por direitos e por políticas públicas voltadas para a maioria da população, a metodologia do curso-extensão compreendeu um conjunto de atividades que descrevemos a seguir:

Atividade 1. Formação do comitê pedagógico, com integrantes do Núcleo Paraíba do Observatório e das entidades parceiras, para planejamento, organização, monitoramento e avaliação dos módulos e sessões, considerando conteúdos e condições operacionais para sua realização.

Atividade 2. Mobilização e inscrição de participantes do curso-extensão.

Atividade 3. Elaboração de referências e instrumentos pedagógicos digitais com linguagem acessível e popular a partir de sistematização de referências sobre o direito à cidade, os direitos à água e saneamento e à moradia e os ODS.

Atividade 4. Desenvolvimento de processo formativo dialógico organizado por módulos temáticos, com troca de saberes acadêmicos, técnicos e populares e construção coletiva de conhecimentos a partir de módulos e sessões temáticas com exposições e facilitações coordenadas pelos integrantes do Núcleo Paraíba do Observatório, por convidados especialistas nos temas e por parceiros de cada sessão do curso-extensão.

Atividade 5. Análises coletivas participativas e críticas dos participantes do curso-extensão sobre as condições desiguais infraestruturais, de acesso de serviços e de garantia do direito à cidade, dos direitos à

água e saneamento e à moradia e da promoção dos ODS nos assentamentos e territórios populares.

Atividade 6. Definição de estratégias de incidência política pelos direitos à cidade, à água e saneamento e à moradia e para a promoção dos ODS em articulação com todos os participantes do curso-extensão.

Atividade 7. Avaliação e elaboração de relatório do curso-extensão. Procedimentos: Reunião com comitê pedagógico e parceiros para avaliação do curso-extensão; e elaboração do relatório do curso-extensão, com registros de todas as atividades e resultados

A parceria com o FNRU, possibilitou recursos para o desenvolvimento das atividades do curso. Por meio do apoio foi possível garantir bolsas para 50 cursistas, visando apoiar os deslocamentos para as atividades, lanches para todas as sessões e materiais didáticos impressos.

3. Resultados e Discussões

Para criar um espaço onde houvesse uma efetiva democratização de conhecimentos, foi imprescindível promover o protagonismo dos participantes e garantir seu envolvimento durante todas as etapas do projeto. Dessa forma, destaca-se o papel do Comitê Pedagógico no processo de planejamento, organização, monitoramento e avaliação dos módulos e sessões, considerando conteúdos e condições operacionais para sua realização, além da contribuição para mobilizar pessoas para participarem das atividades.

A estruturação do referencial teórico, técnico e prático do Curso, por sua vez, teve como principal suporte o caderno de formação “O Direito à Cidade, os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e as Políticas Públicas,” organizado por Orlando Santos Junior, Valéria Pinheiro e Patrícia Ramos Novas (FNRU, 2020). Material elaborado com o intuito de embasar o Programa Nacional de Formação de Ativistas e Agentes Sociais do Fórum Nacional de Reforma Urbana, complementado por outras referências selecionadas pelo comitê pedagógico e pelos convidados responsáveis pela animação e facilitação dos encontros e fóruns. O Programa foi estruturado de modo flexível, possibilitando que alguns conteúdos e abordagens fossem adaptados de acordo com as demandas locais, analisando, sobretudo, as características dos participantes do curso, destacando-se, também, a experiência do Observatório das Metrôpoles - Núcleo Paraíba, que, desde 2018, articula pesquisa, ensino e extensão por meio do curso-extensão de formação “Fortalecendo Capacidades pelo Direito à Cidade.” O curso foi desenvolvido a partir de processos dialógicos e participativos da experimentação e da socialização de saberes (científicos, técnicos e populares), práticas e experiências diversas. O pressuposto é que: a construção coletiva de conhecimentos pode transformar as realidades locais, principalmente para a construção de territórios urbanos mais democráticos, mais justos e inclusivos em Campina Grande.

O processo formativo constituiu-se por exposições e debates que promovem trocas de saberes acadêmicos, técnicos e populares, promovendo uma construção coletiva de conhecimentos. Diante do objetivo de

reconhecer os processos históricos que resultaram em diversas formas de segregação e violação de direitos e do desafio de fortalecer as capacidades de incidência dos participantes, o curso foi estruturado a partir de três módulos, onde suas respectivas sessões temáticas dialogavam diretamente com os ODS e demais pautas relacionadas à questão do direito à cidade, tendo sido organizado da seguinte forma:

O curso-extensão foi dividido em três módulos, cada um com um conjunto de temas. O primeiro módulo direcionou as discussões acerca da democracia, direito à cidade e conflitos urbanos; o segundo aos ODS, direitos humanos e sociais; e o terceiro módulo ao morar, trabalhar e viver nas cidades e nos territórios a partir da diversidade de sujeitos e sujeitos que constroem as cidades. Os temas e sessões abordados em cada foram os seguintes:

Módulo 01: Democracia, direito à cidade e conflitos urbanos.

- Sessão 01: aula introdutória - A produção do espaço: agentes, interesses e conflitos (Figura3);
- Sessão 02: Vulnerabilidades e potências socioterritoriais nos territórios periféricos;

Módulo 02: Os ODS e os direitos humanos e sociais

- Sessão 03: O direito à moradia, os ODS e os conflitos fundiários;
- Sessão 04: Os direitos à água, e ao saneamento, os ODS e a justiça ambiental;

Módulo 3: Morar, trabalhar e viver nas cidades e territórios

- Sessão 05: Segurança alimentar e o direito à cidade;
- Sessão 06: Racismo, interseccionalidade e direito à cidade (figura 4);
- Sessão 07: Juventude, cultura e a cidade;
- Sessão 08: As lutas LGBTQIAPN+ e o direito à cidade;
- Encerramento: Propostas para uma Campina Grande democrática, justa e sustentável.



Figura 1 – Atividade em grupos temáticos durante a Sessão 04, sobre os direitos à água, ao saneamento, os ODS e justiça ambiental. Fonte: Acervo Observatório das Metrôpoles, Núcleo Paraíba. Autoria de Bárbara Sousa Martins. 2023

Além das sessões temáticas, também foram promovidos eventos preparatórios para o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana (SNHRU), aos quais foram denominados Fóruns Locais, que ocorreram

em comunidades e bairros populares em uma estratégia de descentralizar as atividades e de aproximação dos moradores de territórios periféricos. Apesar de também contarem com momentos expositivos, o caráter desses eventos foi majoritariamente propositivo, onde os participantes foram incentivados a discutir os principais problemas que enfrentam na cidade, além de pautarem onde e de que forma desejavam ver melhorias. Foram dois fóruns realizados durante a vigência do projeto: o primeiro, realizado dentro da programação do primeiro módulo, teve como tema “Reforma Urbana e o Direito à Cidade nas periferias” e foi realizado em uma escola municipal situada na comunidade Rosa Mística. O segundo fórum foi realizado durante o segundo módulo e teve como tema “O direito à cidade, mobilidade e os ODS”, tendo como localização, desta vez, a SAB do bairro de Bodocongó.

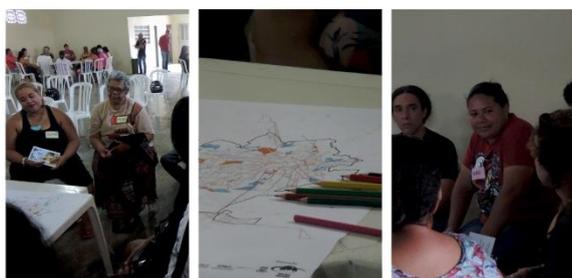


Figura 2 – Discussão em grupos temáticos durante o Fórum Local II, cujo tema foi “Direito à Cidade, mobilidade e os ODS” Fonte: Acervo Observatório das Metrôpoles, Núcleo Paraíba. Autoria de Bárbara Sousa Martins. 2023

As atividades desenvolvidas foram importantes espaços de debates sobre a realidade da cidade e os principais desafios enfrentados pelos seus habitantes, além de possibilitarem a construção coletiva de estratégias e ferramentas de incidência política. As discussões e falas dos participantes foram registradas através de diversos meios, como gravações de áudio, cartazes, tarjetas e relatos por escrito, que, por sua vez, foram sistematizados e transformados em materiais didáticos e em uma cartilha que reuniu informações não só sobre a situação atual da cidade, como também as principais propostas sugeridas pelos participantes, além de listar as diversas formas que podem agir para exigir os seus direitos. Não só a cartilha, como os próprios registros das sessões, evidencia o protagonismo dessas pessoas ao emponderar suas vivências e capacidades (figura 3 e 4).



Figuras 03 e 04: Debate com convidados: Roberto Jefferson (Observatório Social do Nordeste); Jô Oliveira (Vereadora de Campina Grande) Fonte: Acervo Observatório das Metrôpoles, Núcleo Paraíba. Autoria de Bárbara Sousa Martins. 2023

Na sessão final do curso, foi apresentada uma Plataforma com Propostas Propostas para uma Campina Grande democrática, justa e sustentável (Figura 5).



Figura 5 Detalhes do folheto com a síntese das leituras e propostas coletivas para uma Campina Grande mais Justa.

4. Conclusões

Considerando o contexto da produção desigual do espaço urbano, em especial as desigualdades históricas e as discriminações de gênero, raça, sexualidade, classe e socioterritoriais, que acabam criando barreiras aos

direitos básicos à população. Temos a convicção que o programa de formação “Fortalecendo Capacidades pelo Direito à Cidade” contribuiu, a partir de processos dialógicos de trocas de saberes técnicos e populares, para a democratização de conhecimentos, referências e instrumentos informacionais, pedagógicos e políticos às pessoas participantes para a incidência política pelo direito à cidade e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo, as lideranças comunitárias, moradores de assentamentos populares e ativistas de movimentos e organizações sociais diversas.

O curso foi importante no aspecto de descentralizar as ações político-educativas das universidades, tendo como principal impacto positivo a formação de atores sociais para a incidência política pelo direito à cidade. Os materiais e temas abordados foram não apenas relevantes, mas também receberam uma acolhida positiva pelos alunos, gerando debates ricos ao longo das semanas.

A carência de iniciativas similares no município de Campina Grande destaca o protagonismo essencial do curso em nível local, pois foi um importante veículo de promoção da compreensão crítica das relações sistêmicas entre capitalismo, urbanização e meio ambiente, problematizando as desigualdades, opressões e injustiças de diversas naturezas, além de suas expressões espaciais e ambientais. A defesa de direitos, com enfoque em pessoas e grupos precarizados e vulnerabilizados, é central, assim como a proposta de reinvenção da vida urbana por meio de formas e processos socioespaciais justos e transformadores.

Através das iniciativas do programa de extensão desenvolvidos foi possível contribuir para a construção de um novo projeto político onde a cidade seja um espaço de aprendizado e de práticas de democracia, liberdade, solidariedade e justiça socioambiental e onde agentes sociais, principalmente aqueles oprimidos e em situação de desvantagem e vulnerabilidade socioambiental, possam ser reconhecidos com sujeitos políticos e constituir articulações coletivas pela construção da democracia e por cidades justas.

5. Referências

[1] BRENNER, N. O que é teoria crítica urbana? In: @emetropolis: Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais. nº 3, ano 1, dezembro 2010. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/17?name=o-que-e-teoria-critica-urbana>. Acesso em: 13 de dezembro de 2016.

[2] BRENNER, N. et al. Cities for People, not for Profit: Critical Urban Theory and the Right to the City. New York and London: Routledge, 2012.

[3] CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE. Quito: Fórum Social das Américas, jul. 2004; Barcelona: Fórum Mundial Urbano, sept. 2004; Porto Alegre: V Fórum Social Mundial, jan. 2005. Karachi, Bamako e Caracas: Fórum Social Mundial Policêntrico, jan. 2006.

[4] HARVEY, D. Cidades Rebeldes. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

[5] LEFEBVRE, H. O Direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

[6] LEFF, Enrique. La ecología política em América Latina: un campo em construcción. In: ALIMONDA, Héctor (Org.). Los Tormentos de La Materia: aportes para una ecología política latinoamericana. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, 2006b. p. 21-39.

[7] LIPIETZ, Alain. A Ecologia Política, solução para a crise da instância política? In: Ecología política. Naturaleza, sociedad y utopía. CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial, Buenos Aires, 2002.

[8] MARCUSE, P. Whose right(s) to what city? In: BRENNER, N. et. al. Cities for People, not for Profit: Critical Urban Theory and the Right to the City. New York and London: Routledge, 2012.

[9] MARTÍNEZ-ALIER, Joan. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização. Trad. Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

[10] MORAES, D. A. Entre a subcidadania e o direito à cidade: estudos críticos sobre a urbanização de favelas no Brasil e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) no Recife/PE. Tese. 279 f. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

Agradecimentos

À Frente pelo Direito à Cidade, a União Campinense de Equipes Sociais (UCES), a Articulação pela Revitalização do Riacho das Piabas (ARRPIA), Associação de Juventudes, Cultura e Cidadania (AJURCC), Levante Popular da Juventude, Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande, lideranças, moradores e apoiadores de assentamentos e territórios populares que participaram do curso e dos fóruns locais.

À UFCG pela concessão de bolsa(s) por meio da Chamada PROPEX 003/2022 PROBEX/UFCG.